

A MARGINALIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DIREITOS, CONTEXTOS, CONTRAPESOS E UMA LEITURA SEMIÓTICA

Miriam Azevedo Hernandez Perez (UNESA)
miriam.perezrj@gmail.com

A observância dos direitos dos cidadãos que fazem jus à inclusão social, mediante a educação especial, encontra-se necessariamente condicionada por uma práxis de marginalização das pessoas portadoras de qualquer deficiência. A ausência de capacitação de médicos, educadores, terapeutas e pais retrata não uma indiferença da sociedade, mas uma opção muitas vezes deliberada pela exclusão das pessoas, em um processo de violenta supressão da múltipla condição humana. Nesse contexto, a análise da leitura semiótica dos manuais e cartilhas provenientes do Estado e dos meios privados pode contribuir para desvelar um véu (inexistente), ou auxiliar no debate de rompimento de uma cegueira deliberada pela marginalização de pessoas detentoras de direitos e garantias constitucionais e, fundamentalmente, de dignidade humana. O objetivo desse trabalho é, através da análise de material bibliográfico produzido por órgãos estatais e particulares relacionados à inserção social através da educação especial, identificar se os símbolos utilizados contribuem efetivamente para a ressignificação digna dos portadores de deficiência, ou, ao contrário, participam de uma prática de marginalização. A simbologia utilizada nas políticas públicas e por particulares deve ser coerente e efetiva no sentido da inserção. A identificação de eventuais desvirtuamentos pode contribuir para o realinhamento dessas práticas, assim como a percepção dos acertos, a serem mantidos e pelos quais podem ser obtidas novas evoluções.